

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Avanço em bônus da Receita Federal gera corrida de servidores por gratificação 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senadores estendem desoneração da folha 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União reduz risco bilionário com vitórias no STF 7

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pessimismo sem motivo deu lugar a otimismo sem base na economia 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Lula afirma que vai lançar no início de julho Minha Casa, Minha Vida para classe média
..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SERVIDOR PÚBLICO

Arcabouço para emissão de título público "verde" está em fase final 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração pode ir até 2027 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy garante que reforma tributária será positiva para setor de alimentos - CAPITAL S/A
..... 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quais fatores devem influenciar o câmbio daqui para frente? (Artigo) 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Trégua econômica (Editorial) 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo quer ajuste no arcabouço para evitar corte de R\$ 40 bi em 2024 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira vê setores "tranquilos" com reforma tributária, mas cita "ruído" entre Estados
..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados menos desenvolvidos pedem compensação 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudanças de crenças e o rumo da política - ZEINA LATIF 22

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relatório de GT desagrada ruralistas24

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad quer atrelar desoneração da folha à reforma tributária25

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que prorrogar desoneração da folha viola Constituição e defende adiar discussão
.....27

O ESTADO DE S. PAULO - JORNAL DO CARRO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preços caem até R\$ 47,6 mil com programa do "carro popular"29

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Postura de Lula ameaça acordo já fechado com UE (Editorial)30

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Rússia anuncia imposto para obter US\$ 3,6 bi dos oligarcas31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Governo tenta evitar corte de R\$ 40 bi em 202432

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

UE sinaliza investir R\$ 10,5 bi em hidrogênio verde no Brasil34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Meta fiscal em 2025 só sai no cenário mais otimista"36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Secretário prevê "ajustes" na proposta de arcabouço38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Queda da indústria se espalha por 10 das 15 regiões40

Avanço em bônus da Receita Federal gera corrida de servidores por gratificação

Idiana Tomazelli e Nathalia Garcia

O sinal verde do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a regulamentação do bônus da **Receita Federal** deflagrou uma corrida de outras carreiras por uma gratificação extra semelhante para seus salários.

Servidores do Banco Central, do Tesouro Nacional e da CGU (Controladoria-Geral da União) reclamam da falta de isonomia entre as carreiras de Estado e cobram uma equiparação de tratamento -sem a qual, segundo esses representantes, as categorias poderiam perder mão de obra qualificada para as que oferecem a bonificação.

Em um formato distinto, servidores do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e peritos médicos pedem a retomada do pagamento de um bônus por análise extra de requerimentos, para colocar em marcha o plano do governo de reduzir a fila de espera por benefícios.

O movimento é visto com preocupação pelo governo, que concedeu reajuste linear de 9% às categorias a partir de maio. Qualquer adicional pode encorajar um número ainda maior de carreiras a pleitear a concessão do benefício e impactar o Orçamento nos próximos anos.

Na semana passada, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos disse em nota que tem recebido representantes de diferentes carreiras e analisa as demandas em um "processo de diálogo constante". Na ocasião, a pasta fez questão de ressaltar que o reajuste havia sido concedido "há sete dias", após acordo com quase cem entidades sindicais.

O pagamento de bônus por produtividade ou eficiência tem funcionado como uma forma de turbinar salários de servidores. Na prática, grande parte dos membros das carreiras beneficiadas acaba encostando no teto remuneratório, hoje em R\$ 41.650,92 mensais.

A **Receita Federal** é a segunda categoria a conquistar o benefício de forma permanente. O valor extra foi aprovado em 2017, com a previsão de repasses fixos de R\$3.000 mensais para auditores e R\$ 1.800 mensais para analistas tributários -inclusive aposentados- até sua regulamentação definitiva.

Os valores se somam aos salários da categoria. Um auditor fiscal tem remuneração inicial de R\$ 21.029,09 e final de R\$ 27.303,62. Para os analistas, os salários vão de R\$ 11.684,39 a R\$ 16.276,05. As cifras anteriores ao reajuste de 9%.

Neste mês, Lula editou um decreto que cria um grupo de trabalho para estipular os critérios de cálculo do bônus, que poderá ser variável. A expectativa dos servidores é que os ganhos aumentem a partir da regulamentação, a ser concluída no segundo semestre deste ano.

Antes da Receita, os membros da carreira jurídica conseguiram emplacar criação dos chamados honorários de sucumbência, pagos a membros da AGU (Advocacia-Geral da União), da PGFN (Procuradoria-geral da Fazenda Nacional) e procuradores junto a órgãos como o próprio BC.

O valor do honorário é calculado conforme o índice de sucesso nas causas envolvendo a União, e a gestão é feita por uma entidade privada, o CCHA (Conselho Curador dos Honorários Advocatícios). O pagamento médio chegou a R\$ 18.530 por pessoa em outubro de 2022 e R\$ 9.932 em dezembro do ano passado. Ainda não há dados disponíveis sobre o pagamento em 2023.

O repasse se soma ao salário da categoria, que antes do reajuste linear estava entre R\$ 21.014,49 e K\$ 27.303,70.

Além dessas carreiras, os auditores fiscais do Trabalho também aguardam a regulamentação de seu bônus, criado na mesma lei de 2017 que contemplou a **Receita Federal**.

A mobilização dos auditores de finanças e controle, que inclui servidores do Tesouro e da CGU, é organizada pelo Unacon Sindical. O secretário-executivo da entidade, Rudinei Marques, diz que há uma "correlação histórica" da categoria com as demais carreiras de Estado, que exercem funções exclusivas da administração pública.

"A regulamentação da remuneração variável da Receita gera certo desconforto. Agente está buscando formas de compensar essa defasagem, pois nossas

atividades têm grau de complexidade igual ou superior às da Receita. Não tem por que haver diferenciação", afirma ele, que também preside

o Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado).

A equiparação é um argumento frequente das carreiras, que se dizem desprestigiadas e tratadas como "subcategoria".

Em defesa de seu próprio bônus, servidores da Receita afirmam que o benefício equilibra sua situação em relação aos fiscos estaduais, que chegam a pagar entre R\$ 33,5 mil e R\$ 89 mil mensais -a despeito do teto remuneratório.

A Unacon Sindical também elenca como fator favorável a atuação dos servidores do Tesouro na elaboração do novo arcabouço fiscal, que busca disciplinar o avanço dos gastos federais. Segundo Marques, os recursos para o bônus da carreira poderiam ser financiados por uma espécie de taxa de corretagem em cima da emissão de títulos públicos ou do Tesouro Direto e por uma comissão sobre os acordos de leniência.

O presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), Fábio Faiad, também reclama da falta de isonomia e vê cenário semelhante ao do ano passado, quando o então presidente Jair Bolsonaro (PL) queria dar reajuste apenas a policiais - o que acabou não se concretizando.

Um dos argumentos da entidade é que, sob as regras atuais, há uma disparidade inclusive dentro do próprio BC, uma vez que o procurador (ligado às carreiras jurídicas) recebe o honorário de sucumbência, superando em mais de R\$ 12 mil a remuneração dos demais servidores do órgão.

"A distância é colossal. Daqui a pouco o Banco Central vai virar um centro de treinamento de luxo. As pessoas

treinam e depois partem para o mercado privado, [para] concursos da polícia, da Receita, da Câmara, do Senado. Nossa obrigação é lutar contra isso", afirma Faiad.

Os representantes dos servidores do BC pedem diálogo com a ministra Esther Dweck (Gestão) e sugerem uma proposta baseada na produtividade institucional. A ideia é que o programa de gestão de desempenho do órgão seja parâmetro para um bônus individual ponderado pelo momento de carreira de cada profissional -de 30% para os mais novatos a até 100% para quem possui mais tempo de casa. O presidente do sindicato afirma, contudo, que não há

um modelo pronto.

Os servidores do BC se manifestaram publicamente no chat ao vivo da LiveBC, transmitida no canal da instituição no YouTube na segunda (12).

Enquanto o diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, Maurício Moura, falava sobre inclusão financeira, os funcionários deixavam comentários com as hashtags Svaloriza BC SRPBC Já, reivindicando a criação do bônus de retribuição por produtividade.

Alguns citavam também falta de motivação, sentimento de desprestígio, clima interno deteriorado e a necessidade de discutir valorização de carreira. "O Pix foi um importante veículo de inclusão financeira. Nesse sentido, como garantir a evolução da ferramenta tendo um quadro funcional tão desmotivado?" comentou um dos usuários.

Como presidente do Fonacate, Rudinei Marques acredita que os pedidos por remuneração variável podem permear a campanha salarial de 2024, que se inicia no dia 20.

A regulamentação da remuneração variável da Receita gera certo desconforto.

A gente está buscando formas de compensar essa defasagem, pois nossas atividades têm grau de complexidade igual ou superior às da Receita. Não tem por que haver diferenciação

Rudinei Marques secretário-executivo do Unacon Sindical (Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle)

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50307&anchor=6478760&maxTouch=0&_ga=2.218645593.156599387.1686539116-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=691fe237ab67cf6d388e0c38f0829fb9

Senadores estendem desoneração da folha

Nathalia Garcia

Brasília ACAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou nesta terça-feira (13) o projeto de lei que prorroga até o fim de 2027 a desoneração da folha de salários para empresas de 17 setores da economia. A decisão representa um revés para o Ministério da Fazenda, que preferia uma discussão ligada à **reforma tributária**.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) defende que o tema seja discutido em conjunto com outras iniciativas ligadas à tributação e com outro desenho. A ampliação do prazo pode impactar os cofres públicos em ao menos R\$ 9,4 bilhões ao ano, segundo estimativa da **Receita Federal**.

O texto aprovado aplicou um revés extra para Haddad em relação à proposta original. Os parlamentares deram aval a uma emenda que reduz a contribuição previdenciária paga por municípios com até 142,6 mil habitantes, o que também contrariava a Fazenda.

A matéria será ainda submetida a turno suplementar. Isso significa que haverá uma segunda votação de eventuais emendas a serem apresentadas pelos parlamentares.

Como a decisão teve caráter terminativo, não há necessidade de votação no plenário do Senado. Isso significa que, na sequência, o projeto seguirá para a Câmara. No entanto, o texto pode ser analisado pelo plenário caso um recurso com esse objetivo seja apresentado por nove senadores em até cinco dias úteis após a votação na comissão.

A proposta foi apresentada por Efraim Filho (União Brasil-PB), sob o argumento de que é necessário manter empregos nos setores mais intensivos em mão de obra.

A votação do projeto havia sido adiada em maio após pedido de vista do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), devido a divergências dos ministros do governo Lula (PT) sobre a prorrogação do benefício tributário.

Na sessão desta terça, Wagner argumentou que a desoneração é um ato "provisório que vai se tornando definitivo" e defendeu novo adiamento da votação até o envio de uma matéria "mais completa" sobre o tema. "Estive ontem [segunda, 12] com a equipe econômica, que me garantiu que está trabalhando em algo mais

amplo do que só esse ou aquele segmento para o segundo semestre deste ano", afirmou.

Efraim Filho, com apoio de outros senadores, defendeu que o projeto estava "maduro para ser votado". "É bom para quem empreende, é bom para quem trabalha", disse.

A desoneração começou no governo Dilma Rousseff (PT), em 2011, e teve sucessivas prorrogações. A medida permite que os setores desonerados paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a **Previdência Social** e outras contribuições.

Para compensar a prorrogação da desoneração, o projeto também estende, pelo mesmo período, o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação - pela lei atual, só vai até dezembro.

Os 17 segmentos contemplados pelo projeto da desoneração da folha são calçados, ca 11 center, comunicação, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metro ferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Com artigo acrescentado pelo relator Ângelo Coronel (PSD-BA), o projeto prevê a redução da contribuição previdenciária paga por municípios com até 142,6 mil habitantes, dos atuais 20% para 8%.

O argumento do parlamentar é que as prefeituras menores têm pouca receita própria e recebem repasses menores do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), acumulando dívidas com a **Previdência Social**. Segundo Coronel, a medida pode beneficiar 3.000 municípios, que concentram 40% da população brasileira.

Grande parte dos pequenos municípios têm seu servido -res ligados ao **INSS**, diante da ausência de um regime próprio de **Previdência** (os chamados RPPS).

Como mostrou a Folha, na avaliação da pasta econômica, além do impacto bilionário, a aprovação do artigo cria uma disparidade ante municípios que têm seus próprios RPPS e hoje pagam alíquotas até

maiores do que 20% sobre a folha.

Colaboraram Catia Seabra, Idiana Tomazelli e João Gabriel

Setores contemplados

1 Calçados

2 callcenter

3 comunicação

4 confecção e vestuário

5 construção civil

6 empresas de construção e obras de infraestrutura

7 couro

8 fabricação de veículos e carrocerias

9 máquinas e equipamentos

10 proteína animal

11 têxtil

12 tecnologia da informação

13 tecnologia de comunicação

14 projeto de circuitos integrados

15 transporte metroferroviário de passageiros

16 transporte rodoviário coletivo

17 transporte rodoviário de cargas

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50307&anchor=6478760&maxTouch=0&_ga=2.218645593.156599387.1686539116-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=691fe237ab67cf6d388e0c38f0829fb9

União reduz risco bilionário com vitórias no STF

Beatriz Olivon De Brasília

A União conseguiu, em dois julgamentos no Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal (STF), evitar derrotas estimadas em pelo menos R\$ 115,2 bilhões. Tratam de PIS e Cofins de bancos e seguradoras. Mas ainda tem pela frente, nos tribunais superiores, R\$ 520,2 bilhões em disputas envolvendo somente essas contribuições sociais.

Esses R\$ 115,2 bilhões são a estimativa prevista pela União apenas para o caso envolvendo a tributação de receitas financeiras (juros, por exemplo) das instituições financeiras. Não havia previsão para o julgamento das seguradoras. Para a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), porém, o montante estaria inflado. Seria de R\$ 12 bilhões.

A União reconhece que sua conta é mais abrangente e não levou em consideração valores recolhidos por bancos, após cobranças efetuadas pela **Receita Federal** ou adesão a parcelamento -do tipo Refis.

PIS e Cofins representam mais da metade do risco previsto pelo governo para os casos tributários relevantes nos tribunais superiores, que é de R\$ 892,8 bilhões, de acordo com o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. Esse valor ainda inclui os R\$ 115,2 bilhões julgados.

O valor de disputas é alto porque o PIS e a Cofins sempre foram usados pela União para elevar rapidamente a arrecadação, por meio de alterações na legislação. Não é preciso, explicam especialistas, esperar um ano para a entrada em vigor de eventual mudança (anterioridade anual), apenas 90 dias (noventena).

A União já tem sinalização positiva em outra tese que compõe os R\$ 520,2 bilhões. Em abril de 2022, os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiram que as empresas tributadas pelo regime monofásico não têm direito a créditos de PIS e Cofins. Uma tese estimada em R\$31 bilhões (REsp 1894741).

Ainda tramita um pedido de recurso ao STF. Mas é possível que a questão não avance, já que ministros do Supremo consideraram o tema infraconstitucional no passado-ou seja, a palavra final seria do STJ.

Mas há sinalização negativa em um caso que estava praticamente resolvido no Plenário Virtual do STF. Ele terá que ser reiniciado em razão de pedido de destaque, para levar a questão ao plenário físico. É a tributação por PIS e Cofins de créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal. O impacto da tese é estimado em R\$ 16,5 bilhões (RE 835818).

Ainda no STF, discute-se a inclusão de outros **tributos** nas bases de cálculo do PIS e da Cofins. Está suspenso desde 2021 o julgamento de processo sobre a possibilidade de retirada do ISS. Por enquanto, está empatado, com quatro votos em cada sentido. O valor da tese é estimado em R\$ 35,4 bilhões (RE 592.616).

No caso dos bancos, finalizado à meia-noite de segunda-feira, a disputa se arrastava há 20 anos. A maioria dos ministros decidiu que as instituições financeiras deveriam ter recolhido PIS e Cofins sobre todas as receitas de 2000 até 2014 (RE 609096).

A discussão tem esse limite temporal porque em 2014 foi publicada a Lei nº 12.973. A norma passou a prever a tributação pelo PIS e Cofins sobre todas as receitas da atividade empresarial e, a partir daquele ano, as instituições passaram a recolher os **tributos** também sobre as receitas financeiras.

No julgamento envolvendo as seguradoras, finalizado ao mesmo tempo, a maioria dos ministros também decidiu pela incidência de PIS e Cofins. No caso, sobre as receitas decorrentes de prêmios de contratos de seguro do período de 1999 a 2014 (RE 400479). O julgamento estava suspenso desde 2016.

Nem sempre, porém, esses julgamentos tributários encerram as divergências entre União e contribuintes. Leandro Cabral e Silva, sócio do Velloza Advogados, prevê um novo capítulo na discussão envolvendo os bancos.

Na liquidação das sentenças, afirma, uma outra discussão poderá aparecer: a tributação do investimento de capital regulatório, que não é uma receita decorrente da atividade empresarial, mas investimento de recursos dos próprios bancos. "É a lei que exige que o banco mantenha esse investimento para que possa operar", diz.

O advogado destaca que, no caso das seguradoras, essa diferenciação acabou sendo feita no voto do ministro Dias Toffoli, que decidiu pela tributação do prêmio, mas afastou o PIS e a Cofins dos rendimentos de investimentos das reservas técnicas.

De acordo com Cabral, o STF aplicou o mesmo conceito de faturamento para bancos e seguradoras-deixando de fora, porém, no segundo caso, os ativos garantidores.

Para a Fazenda, contudo, essa diferenciação não prevaleceu. Segundo Lana Borges Câmara, procuradora-geral adjunta de Representação Judicial, o relator, Cezar Peluso, não fez diferenciação no voto entre prêmio ou receita de ativos decorrentes de investimentos da reserva técnica. E foi o voto do relator que obteve a maioria, acrescenta.

"Isso [receitas financeiras oriundas de aplicação das reservas técnicas] nunca foi discutido", afirma Lana. "Essa diferenciação surgiu no voto do Toffoli." O voto dele, destaca, foi seguido expressamente apenas pelo ministro Luís Roberto Barroso.

Para Victor Corradi, sócio do WFaria, o ponto levantado por Toffoli pode levar à apresentação de embargos de declaração para pedir esclarecimentos. A maioria formada em relação aos prêmios de seguros está bem consolidada, afirma, mas o ponto sobre as receitas decorrentes de reservas técnicas ainda poderá ser objeto de discussão se não for esclarecido no acórdão.

"Há espaço para entender que as receitas financeiras decorrentes de reservas técnicas não entram na base de cálculo do PIS e da Cofins. É mais precavido aguardar o acórdão."

"Ponto sobre receitas decorrentes de reservas técnicas poderá ser discutido" Victor Corradi

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187574>

Pessimismo sem motivo deu lugar a otimismo sem base na economia

**** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

A Bolsa sobe, caminha na direção dos 120 mil pontos e tem gente animada que já prevê chegar a 150 mil. O dólar está em baixa, furou a barreira dos R\$ 5, roda há dias em torno de R\$ 4,85, e já se vêem projeções de que baterá perto de R\$ 4,50. O **PIB** (Produto Interno Bruto), que não crescerá nem 1% em 2023, segundo as estimativas do começo do ano, pode fechar 2023 com expansão de 2,5%. A **inflação** perde fôlego e, no Boletim Focus, a previsão para o ano, que recua há quatro semanas seguidas, desceu para menos de 5,5%.

Depois de um começo de mandato com perspectivas sombrias para a economia, o governo Lula parece viver uma virada positiva. Até a prevista recessão global não está se confirmando, e a expectativa é a de que, se houver, será suave. Em consequência, previsões de um saldo comercial recorde com o exterior, nas proximidades de US\$ 70 bilhões em 2023, começam a aparecer.

A virada tem sido atribuída à sorte que acompanha Lula, fator ao qual muitos atribuem o relativo êxito de seus dois primeiros mandatos. Lula pode ser uma pessoa de sorte, mas não foi só a sorte que explica os resultados de seus governos anteriores, assim como não é apenas o fator sorte que deve ser considerado na avaliação do atual momento da economia.

Na verdade, a explicação para a surpresa positiva com a economia, neste segundo trimestre do ano, é a seguinte: pessimismo sem motivo deu lugar a otimismo sem base na realidade.

O melhor, na economia, em 2023, considerando os grandes indicadores econômicos, já ficou para trás. O pico do impulso na atividade econômica ocorreu no primeiro trimestre. Também no caso da trajetória da **inflação**, o ponto mais baixo, em 2023, deve ser alcançado em junho. Ao longo do ano, daí para frente, embora longe da intensidade que o pessimismo anterior imaginava, os indicadores devem mostrar alguma piora.

No caso da **inflação**, as estimativas mais recentes apontam para moderação nos índices mensais, mas avanço nos acumulados em 12 meses, em razão da

base de comparação do segundo semestre de 2022 menos favorável, depois dos esforços do governo Bolsonaro para conter a marcha inflacionária às vésperas das eleições presidenciais. As perspectivas mais otimistas são de que a **inflação**, depois de descer até 3,3% neste mês de junho, na beirada do centro da meta, termine o ano nas vizinhanças de 5%, ainda assim acima do teto do intervalo de tolerância do sistema de metas.

Quanto à atividade, as projeções para os demais trimestres do ano são de estagnação, depois do crescimento de 1,9% entre janeiro e março. As estimativas para a expansão da atividade ao longo do ano sinalizam que a herança de 2,4% não terá fôlego para garantir avanço do **PIB** pelo menos nessa mesma magnitude, sem um empurrão do governo. Sinal das dificuldades, o número de pedidos de recuperações judiciais disparou, nos primeiros meses de 2023, alcançando o maior volume em cinco anos, para o período.

Pesquisas de mercado apontam dificuldades para expansão do consumo em 2023, a partir de restrições de crédito - seja por inadimplência ou taxas altas de juros -, produtos e serviços com preços elevados, mesmo crescendo em ritmo mais lento, e redução do estoque de poupança familiar. As expectativas são de crescimento insuficiente, inferior a 2% em termos reais sobre 2022, metade da expansão registrada em 2022.

O investimento também continua fazendo água. Medida do investimento no **PIB**, a FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo), que reúne os gastos em máquinas e equipamentos, construção civil e obras de infraestruturas, entre outros fatores, recuou 3,4% no primeiro trimestre de 2023 sobre o último trimestre de 2022, no qual já tinha encolhido 1,1%, na comparação com o terceiro trimestre do ano passado. Com isso, a taxa de investimento, que relaciona a FBCF com o **PIB**, caiu para 17,7% do **PIB**, no período janeiro a março deste ano, marcando o menor ponto em três anos.

Lula e seu governo têm dado mostras de saber que, sem o impulso de programas oficiais, mais provável que a economia de fato ande de lado. Além da retomada do Bolsa Família e de outros programas de transferência de renda, diversas ações com o objetivo de empurrar a atividade econômica estão sendo

concretizadas ou anunciadas para breve. Alguns exemplos:

Antecipação do pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas do **INSS** para junho e julho, repetindo prática adotada pelo governo Bolsonaro. Serão cerca de R\$ 60 bilhões movendo principalmente o consumo das famílias;

Antecipação do início do programa Desenrola, de renegociação de dívidas de inadimplentes até com renda até dois salários mínimos, do quarto trimestre para terceiro. Se der certo, o Desenrola abrirá espaço para aumento do consumo, via crediário, a pelo menos 40 milhões de pessoas hoje inadimplentes e sem acesso a crédito;

Programa de obras de infraestrutura, a partir de julho, e também uma ampliação do Minha Casa, Minha Vida para faixas de renda até 10 salários mínimos. Esses programas configuram forma clássica de incentivar a atividade econômica em amplo espectro, e seu objetivo é mover a construção civil, setor que impacta uma grande cadeia de produção e provê emprego para trabalhadores menos qualificados.

A moral resumida dessa história é a de que, se a situação da economia já foi pior, ainda está longe de ser boa. Lula não esconde que corre para empurrar a atividade econômica e tentar tirá-la do terreno movediço em que ainda está atolada.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/jose-paulo-kupfer/2023/06/14/pessimismo-sem-motivo-deu-lugar-a-otimismo-sem-base-na-economia.htm>

Lula afirma que vai lançar no início de julho Minha Casa, Minha Vida para classe média

Renato Machado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta terça (13) que vai lançar no início de julho um grande programa de obras de infraestrutura em diversas áreas e um programa Minha Casa, Minha Vida para a classe média.

O mandatário acrescentou que os primeiros meses foram destinados à "reconstrução" do país, com prioridade para o lançamento de políticas públicas que marcaram os governos anteriores do PT.

"Como nós tínhamos uma quantidade enorme de políticas públicas que tinham dado certo, a gente resolveu recriar essas políticas públicas, para a partir de agora, a partir do dia 2 de julho, lançar um grande programa de obras, um grande programa para o desenvolvimento nacional, com obras de infraestrutura em todas as áreas", afirmou o presidente.

Lula também exaltou o programa de redução de **tributos** para baixar o preço de carros populares. E acrescentou que ele pode durar menos de um mês por causa da grande procura, após ler notícia sobre estimativa do setor -o ministro Fernando Haddad estabeleceu uma quota para o incentivo.

"Reduzimos um pouco o preço do carro. Você viu, eu estava vendo uma notícia hoje que já vai durar um mês e vai acabar o programa", afirmou o mandatário.

Lula realizou na manhã desta terça-feira a sua primeira transmissão ao vivo pelas redes sociais, uma estratégia da Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência da República) para que o mandatário dialogue diretamente com a população.

A uve foi realizada diretamente do Palácio do Alvorada. O presidente foi entrevistado pelo apresentador da EBC (Empresa Brasil de Comunicação) Marcos Uchôa.

O presidente também afirmou que seu governo vai realizar diversas políticas para a classe média, após priorizar inicialmente os mais pobres no início de governo. Citou, por exemplo, a criação de um Minha Casa, Minha Vida para pessoas com renda de cerca de R\$ 10 mil.

"O cara que ganha R\$ 10 mil, R\$ 12 mil, R\$ 8.000, esse cara também quer ter uma casa e esse cara quer ter uma casa

melhor", afirmou o presidente na transmissão.

"Então vamos ter que ter capacidade de fazer uma quantidade enorme de casas para essa gente. Vamos ter que pensar em todos os segmentos da sociedade para a gente fazer com que as pessoas se sintam contempladas pelo governo", completou.

O presidente ressaltou o encontro no dia anterior com a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen. Voltou a falar que seu governo quer o acordo entre Mercosul e UE, mas não vai aceitar a manutenção das compras governamentais no negócio.

"Eu disse para ela que nós temos um problema, que nós não aceitamos colocar comprar governamentais no acordo porque, se não, a gente mata pequena e média empresa brasileira. O que ela disse para mim: presidente, o que é importante é vocês colocarem no papel o que vocês querem. Nos colocamos no papel e vamos ver se até o final do ano faz o acordo. Eu quero fazer o acordo e se Deus quiser quero fazer até o final do ano", afirmou.

Lula também minimizou eventuais conflitos com o

agronegócio. Respondeu que, se o problema do setor com o seu governo for ideológico, então "paciência".

"Vamos anunciar o Plano Safra agora tanto para agricultura familiar quanto para o agronegócio, e eles vão perceber que da parte do governo não há nenhum objeção a eles. O que queremos é que todos produzam, cresçam e que o Brasil cresça junto."

Também disse que quer lançar um programa para oferecer máquinas e implementos

agrícolas para os pequenos e médios produtores rurais.

O formato das lives se tornou popular durante o governo de Jair Bolsonaro (PL). O ex-presidente usava as suas tradicionais lives de quinta-feira para buscar transmitir a sua mensagem, sem nenhum tipo de crivo.

Nessas transmissões, Bolsonaro questionou a eficácia das vacinas, a segurança das umas eletrônicas, além de atacar os seus adversários, desde parlamentares a ministros do Supremo Tribunal Federal.

Bolsonaro também foi duramente criticado por usar a estrutura do Palácio do Alvorada e funcionários públicos para realizar a transmissão.

Quando anunciou que o presidente faria lives, o ministro da Secom, Paulo Pimenta, havia dito que o presidente não se espelharia em Bolsonaro. No entanto, ao falar sobre os planos ao site progressista Brasil 247, Pimenta havia dito que a "mídia comercial" não era "aliada" e que por isso o presidente começaria a realizar essas transmissões.

Em sua primeira passagem pela Presidência, Lula tinha um programa de rádio semanal produzido pela estatal EBC, chamado Café com o Presidente. O programa tinha um formato de entrevista e ia ao ar também na rádio Nacional.

Leia mais na pág. A8

O cara que ganha R\$ 10 mil,

R\$ 12 mil, R\$ 8.000, esse cara também quer ter uma casa e esse cara quer ter uma casa melhor

Luiz Inácio Lula da Silva

em transmissão ao vivo pelas redes sociais

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50307&anchor=6478760&maxTouch=0&_ga=2.218645593.156599387.1686539116-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=691fe237ab67cf6d388e0c38f0829fb9

Arcabouço para emissão de título público "verde" está em fase final

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O governo está na fase final de elaboração do arcabouço que balizará a emissão de títulos públicos soberanos sustentáveis, ou seja, papéis que ajudarão a financiar ações e projetos ligados à temática ambiental e social, segundo apurou o Valor.

O documento apresentará aos investidores os compromissos do Brasil na agenda ambiental, social, de governança e de finanças, além de trazer as diretrizes e os critérios que a União adotará para emitir os títulos. O arcabouço também detalhará como será feito o monitoramento da aplicação dos recursos e o impacto ambiental e social das despesas atreladas aos títulos.

O trabalho está sendo conduzido pelo Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas, presidido pelo Tesouro Nacional e com representantes de nove ministérios, além da Fazenda.

Uma versão preliminar foi concluída pelo Tesouro e enviada, no mês passado, para avaliação e considerações dos ministérios setoriais que fazem parte do comitê. Neste mês, está havendo a devolutiva. Depois, a proposta será consolidada, encaminhada para avaliação de uma instituição especializada independente e submetida à aprovação do comitê.

Em paralelo, o Ministério da Fazenda está elaborando, junto aos ministérios, um levantamento de programações orçamentárias na área ambiental e social que podem ficar atreladas aos futuros títulos sustentáveis. A lista será submetida à aprovação do comitê.

Tanto o arcabouço quanto a lista são etapas prévias à emissão dos títulos no mercado. Em entrevista ao Valor em fevereiro, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que o plano é fazer uma primeira emissão no segundo semestre deste ano, por volta de setembro ou outubro.

Pela proposta do Tesouro, a qual o Valor teve acesso, um valor ao menos equivalente aos recursos dos títulos sustentáveis será alocado em despesas que resultem em benefícios ambientais, sociais ou sustentáveis (que agregam benefícios ambientais e

sociais).

Os três tipos de benefícios serão divididos em categorias e subcategorias. O governo está olhando para essas categorias e subcategorias para elencar quais serão as despesas elegíveis.

Por exemplo, em benefícios ambientais, o governo quer que sejam elegíveis despesas como as relacionadas à prevenção e controle de poluição, controle de emissões de gases estufa, gestão de resíduos sólidos, energia renovável, eficiência energética, biodiversidade, meios de transporte limpos e gestão sustentável de recursos vivos e das águas.

Na área social, a proposta prevê como exemplo de despesas elegíveis as relacionadas ao combate à pobreza, ao combate à discriminação, à segurança alimentar, à geração de empregos e ao acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, habitação e saneamento.

As ações e programas que vão lastrear os títulos sustentáveis precisam estar previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Serão elegíveis tanto despesas correntes quanto investimentos e inversões financeiras. Em termos de resultado primário, poderão entrar despesas obrigatórias e discricionárias.

Serão elegíveis despesas realizadas até 12 meses anteriores à data da emissão do título, do ano corrente ou a serem realizadas em até 24 meses após a emissão.

A ideia do Tesouro é que não sejam elegíveis despesas relacionadas a: auxílios e subsídios a funcionários públicos; indústria arma-mentista, de tabaco ou de jogos de azar; infraestrutura aeroportuária, marítima e rodoviária; mineração, carvão mineral, petróleo, gás natural e derivados; e despesas relacionadas, direta ou indiretamente, a desmatamento ilegal e violações de direitos de povos indígenas e de comunidades tradicionais.

O arcabouço deve prever que os juros e rendimentos dos papéis serão de responsabilidade do Tesouro e que os investidores não assumam risco associado às despesas do portfólio.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187574>

Desoneração pode ir até 2027

Rafaela Gonçalves Rosana Hessel

Com 14 votos favoráveis e três contrários, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, em primeira votação, o projeto que prorroga por mais quatro anos a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. O benefício tributário, que venceria no final deste ano, deve ser estendido agora até o fim de 2027.

Para compensar a prorrogação da desoneração, o projeto também estende, pelo mesmo período, o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação, que também, pela lei atual, só vai até dezembro. O texto ainda terá que passar por um segundo turno de votação na comissão. Se a aprovação for confirmada e não houver um pedido para votação no plenário, o projeto seguirá direto para deliberação na Câmara dos Deputados.

A desoneração da folha é um mecanismo que permite às empresas dos setores beneficiados pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. O benefício foi introduzido há 12 anos para algumas áreas e há pelo menos 10 anos abrange todos os setores hoje incluídos.

Os 17 setores alcançados pela medida são: confecção e vestuário, calçados, construção civil, call center, comunicação, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, TI (tecnologia da informação), TIC (tecnologia de comunicação), projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

O governo é contrário à prorrogação do benefício. Pelos cálculos do Ministério da Fazenda, a proposta provoca um impacto de R\$ 9 bilhões nas contas da União. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), argumentou que a desoneração é o "provisório que vai se tornando definitivo". Ele solicitou ao colegiado que a matéria não fosse votada de imediato, pois a equipe econômica está trabalhando em uma proposta alternativa para ser apresentada no segundo semestre deste ano.

À noite, o ministro da Fazenda Fernando Haddad, afirmou que esse tema não pode ser tratado de maneira açodada, e informou que vai negociar com os

senadores para que esperem a proposta do governo, que deve ser encaminhada junto com a segunda fase da **reforma tributária**. "Estamos quase no segundo semestre e não tem porque sair correndo.

Até porque os benefícios previstos tem vigência até dia 31 de dezembro deste ano. Eu realmente não consigo entender a pressa", frisou.

Na avaliação do ministro, a decisão da CAE é inconstitucional e compromete o futuro das contas públicas e o equilíbrio fiscal, cuja retomada está na agenda econômica do país.

O texto aprovado pela comissão inclui uma desoneração adicional para prefeituras de municípios com população inferior a 142,6 mil habitantes. Estes devem ter a alíquota da contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8% da folha. "Hoje, a União finge que recebe a previdência das prefeituras e as prefeituras fingem que pagam. Então, é melhor receber 8% de algo do que 100% de nada", disse o relator da proposta, senador Ângelo Coronel (PSD-BA).

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/14/all.pdf>

Appy garante que reforma tributária será positiva para setor de alimentos - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, participou ontem presencialmente do Fórum da Cadeia Nacional do Abastecimento, realizado em Brasília. "Eu tenho certeza de que a reforma vai ser positiva para todo o setor da produção de alimentos no Brasil. Ela terá bom efeito sobre o crescimento, mesmo supondo a ideia de alíquota uniforme para todos. Os cálculos todos mostram que terá aumento na demanda de alimentos no país".

Cesta básica

Appy apontou que o relatório preliminar contempla alíquotas menores para a produção agropecuária. "E muito possivelmente terá para a cesta básica. Isso ficará mais claro na semana que vem", acrescentou. Participaram do Fórum lideranças de grandes segmentos empresariais. Entre eles, atacadistas e supermercados.

Defesa da simplificação

O secretário argumentou que, no caso dos **tributos** na esfera subnacional, com a reforma, não haverá mais 27 leis estaduais e 5.170 municipais. "Vai ser uma só legislação. E uma arrecadação centralizada, então, a empresa com estabelecimentos no Brasil inteiro vai somar o saldo de débito e crédito de todos e fazer o recolhimento de uma única guia, por mês, para pagar o tributo dos estados e municípios. É uma enorme simplificação em relação à situação atual", defendeu.

Apoio do governo

Na última quarta-feira, houve a apresentação do relatório preliminar do grupo de trabalho da **reforma tributária**. O texto na íntegra deve ser conhecido na próxima semana. E a previsão é que vá à votação em 20 dias, no plenário da Câmara dos Deputados. Segundo Appy, o governo está apoiando as diretrizes apontadas no texto preliminar.

C6 Bank abre escritório para atender alta renda

O C6 Bank, banco 100% digital que entrou em operação em 2019, chega fisicamente a Brasília com a inauguração de um escritório de negócios para atender exclusivamente o público de alta renda, com hora marcada. Os clientes do segmento Carbon (com renda mensal superior a R\$ 15 mil ou ao menos R\$ 150 mil investidos no app do banco) terão um atendimento personalizado. O espaço fica no Setor Comercial Sul. O banco também inaugura unidades nas próximas semanas em Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Assessoria presencial

"Não são agências bancárias. Os escritórios para atendimento suprem a demanda de uma parcela de clientes, especialmente os que não são nativos digitais, e valorizam a assessoria presencial", explica Felipe Wey, head de Alta Renda do C6 Bank.

Brechó Bem QT Quis celebra expansão

Seguindo a promissora corrente do mercado de segunda mão, o Bem QT Quis celebra, no sábado, 6 anos, com uma loja nova e mais ampla na 216 Norte. O brechó começou como uma iniciativa online, mas rapidamente conquistou seu espaço no cenário da moda de Brasília. Foi criado por Morgana Franco, 36 anos, Graduada em Ciências Contábeis pela UnB, começou a vender roupas de amigas como forma de obter uma renda extra.

Consumo consciente

"O Bem QT Quis tem como um de seus principais pilares a sustentabilidade. O próprio conceito de vender roupas de segunda mão contribui para um consumo mais consciente", conta a empresária.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/06/14/all.pdf>

Quais fatores devem influenciar o câmbio daqui para frente? (Artigo)

Antonio van Moorsel

Ao longo dos últimos meses, observamos um movimento de apreciação do real, devido a um cenário mais favorável. No campo doméstico houve uma descompressão de risco diante da aprovação do arcabouço fiscal na Câmara. Inclusive, uma aprovação célere, e com mudanças qualitativas superiores à proposta original. Já no cenário internacional, houve a resolução do limite do teto da dívida norte-americana, que afastou um evento extremo de calote da dívida da maior economia do mundo.

Em relação à China, apesar da perda de ímpeto da recuperação chinesa após a reabertura iniciada lá em novembro do ano passado por causa da pandemia, essa perda torna cada vez mais prováveis ajustes de política por parte do governo, justamente para impulsionar a atividade econômica. Isso pode ser benéfico para a economia brasileira, considerando que a China é o nosso principal parceiro comercial.

À frente ainda temos alguns desafios. As atenções se voltam para as discussões de metas de **inflação**, já que no final de junho o Conselho Monetário Nacional se reúne para discutir esse tema. Então, se considerarmos a manutenção do centro da meta em 3%, avanços em temas relevantes como a **reforma tributária** são fatores que podem contribuir para um dólar mais próximo de R\$ 5 em dezembro. Digo isso, pois a nossa projeção ainda é de uma moeda americana em R\$ 5,30 no final de 2023.

Outra discussão muito comum que surge quando se fala de câmbio neste momento é em relação ao contraste das políticas monetárias brasileira e americana. Isso porque nós temos um Copom mais flexível e leniente, próximo do início de um ciclo de queda da taxa de juros. Por outro lado, nos Estados Unidos, temos um Federal Reserve que vai manter a taxa de juros no atual patamar até o final do ano, e talvez até elevá-la uma ou mais vezes em 2023.

À medida que a diferença de juros diminui, ou seja, quando a taxa Selic brasileira cai e a taxa de juros americana permanece no mesmo patamar, a atratividade do carry trade (operação de investimentos que pode ser opção para pessoas que buscam uma aplicação de longo prazo com boa rentabilidade) também diminui. Isso implica um aumento do risco

para investidores estrangeiros que desejam comprar o real e investir no país, considerando que o risco Brasil é superior ao americano. E sendo menos interessante investir aqui, a consequência é negativa para o câmbio.

Todavia, há um ponto importante: a bolsa brasileira está com valuation baixo, ou seja, muito atrativa. Quando olhamos o preço sobre lucro projetado para os próximos 12 meses do índice, ele está cerca de um desvio padrão e meio abaixo da média histórica. Ou seja, a bolsa brasileira está barata, e a redução da Selic contribui para o avanço da bolsa, tornando o investimento nas ações brasileiras mais atraente, tanto para investidores internacionais quanto os locais. Tanto é assim que maio foi o primeiro mês no período de um ano em que os investidores institucionais locais foram compradores líquidos de ações - compraram mais do que venderam. Esse movimento sinaliza que a onda de resgate de fundos que estamos vendo há meses está próxima do fim, e o investidor estrangeiro também percebe isso. Então, embora a atratividade do carry trade seja reduzida devido à redução do diferencial de juros, ainda assim a bolsa brasileira apresenta uma atratividade muito grande.

Olhando para o futuro, concluo que o cenário é positivo para o câmbio. Há diversas questões que são favoráveis a esse movimento de apreciação do câmbio, e por isso mantemos a projeção de R\$ 5,30 para o dólar em dezembro deste ano; mas com viés de baixa, pois pode ser que em breve essa projeção seja revisada para baixo.

Antonio van Moorsel. Estrategista-chefe e sócio da Acqua Vero

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/06/2023/p1>

Trégua econômica (Editorial)

Graças a um tanto de sorte e outro de mérito, as últimas semanas foram de melhora das expectativas econômicas de curto prazo.

Com a ajuda do recuo dos preços globais de matérias-primas, o IPCA caiu a 0,23% em maio, menos do que esperava a maior parte dos analistas. As projeções para este 2023 enfim deixaram a casa dos 6% e se encontram em torno de 5,4% agora -o que torna mais provável o início do corte dos juros do Banco Central.

O Produto Interno Bruto do primeiro trimestre também se mostrou melhor que a encomenda, graças a um desempenho excepcional do setor agropecuário. As estimativas para o ano, que chegaram a ficar abaixo de um vexatório 0,8%, agora caminham para algo mais próximo de 2% ou mais.

Têm sido bons, ademais, os resultados do comércio exterior, a despeito das incertezas quanto à conjuntura internacional. As exportações somaram US\$ 136,1 bilhões de janeiro a maio, em alta de 3,6% sobre o mesmo período de 2022, e a balança teve superávit de expressivos US\$ 34,9 bilhões.

Os temores mais sombrios para o início do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foram dissipados -e, se o presidente não voltar a tensionar o ambiente, um ciclo mais virtuoso pode ter início.

Será um erro imaginar que as dificuldades ficaram para trás. A **inflação** permanece acima da meta e ainda exige atenção do BC. Os números do **PIB** mostram fraqueza do consumo e queda de investimentos, e o saldo do segundo trimestre provavelmente será pior.

Como sugere estudo recém-publicado pela FGV, o desemprego só não subiu mais neste ano porque cerca de 3 milhões de brasileiros deixaram a força de trabalho -vale dizer, não estão mais ocupados nem procurando vagas.

A atual trégua econômica, pois, não exime o governo de fixar bases mais sólidas de confiança para prazos maiores. A providência imediata é reforçar a credibilidade do objetivo de eliminar o déficit das contas do Tesouro em 2024.

De acordo com pesquisa do Ministério da Fazenda, as projeções de analistas no início de maio ainda apontavam para um rombo em torno dos R\$ 80 bilhões no próximo ano. É preciso demonstrar intenção

e viabilidade de ao menos reduzir drasticamente esse montante, inclusive contendo despesas.

O avanço da **reforma tributária** e a conclusão do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia são outros passos importantes -além, é claro, do cuidado em não caminhar para trás, como já se ensaiou neste início de governo.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50307>

Governo quer ajuste no arcabouço para evitar corte de R\$ 40 bi em 2024

Idiana Tomazelli

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer fazer ajustes no ponto de partida do novo arcabouço fiscal para evitar um corte de até R\$ 40 bilhões nas despesas de custeio e investimentos na proposta de Orçamento para 2024, que precisa ser enviada até 31 de agosto deste ano.

A permanência desse cenário obrigaria a gestão petista a passar a tesoura nos recursos de diversas políticas públicas. Ainda que o próprio arcabouço autorize a recomposição desses valores no ano que vem, propor gastos menores já na largada das discussões seria delicado do ponto de vista político, além de afetar a organização e gestão do Orçamento.

O secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Paulo Bijos, diz que uma das possibilidades é alterar, no próprio projeto de lei da regra fiscal, a **inflação** que corrige o limite de despesas anualmente. A desvantagem desse caminho é que o texto, hoje em tramitação no Senado, precisaria passar por nova votação na Câmara, atrasando ainda mais o cronograma.

Outra opção, segundo ele, é inserir no PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, ainda em análise pelo Congresso, uma autorização para o governo incluir os R\$ 40 bilhões de forma condicionada à abertura de novos créditos no ano que vem. O desenho atual do arcabouço já contém uma brecha para permitir essa abertura de créditos no próximo exercício.

A escolha da melhor estratégia será uma decisão política. Nos últimos dias, a necessidade de aperto tem sido alvo de alerta da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Segundo ela, as cifras podem ficar entre R\$ 32 bilhões e R\$ 40 bilhões.

Os valores também já haviam sido apontados por economistas, que viram na possibilidade de abertura dos créditos uma manobra para permitir gastos extras em 2024.

O risco de corte nas discricionárias na proposta de Orçamento decorre de uma mudança feita pela Câmara dos Deputados no texto proposto pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

No desenho original, o limite de despesas seria corrigido pela **inflação** acumulada até junho do ano anterior e pela **variação** de preços estimada entre julho e dezembro do mesmo ano, mais a parcela de alta real entre 0,6% e 2,5% permitida pela regra.

Na avaliação dos deputados, a parcela de projeção daria margem para o governo superestimar **inflação** e assim, obter um limite mais amplo para gastos. Por isso, o parecer do deputado Cláudio Cajado (PP-BA) alterou a correção para **inflação** em 12 meses até junho do ano anterior -sem nenhum componente de projeção incluído.

A mudança afetou os planos da Fazenda, uma vez que o IPCA em 12 meses até maio ficou em 3,94%, menor que a alta de 5,58% esperada pela SPE (Secretaria de Política Econômica) até o fim do ano.

"O projeto foi muito bem debatido, muito bem elaborado, de maneira plural. Mas nós temos agora um desafio para a elaboração do Ploa [Projeto de Lei Orçamentária Anual]", disse Bijos nesta terça-feira (13) a jornalistas.

Ele citou que o corte pode ser de R\$ 40 bilhões, em "grandes números", caso o cenário atual se mantenha. "A discussão envolverá o ajuste da base", afirmou. "A despesa condicionada é uma possibilidade, mas não vou antecipar qual vai ser o caminho para equacionar a situação."

Caso a escolha seja mudar o texto no Senado, o secretário ressaltou que o processo será conduzido em diálogo com a Câmara, que teria palavra final sobre o texto.

Nesta quinta-feira (15), Haddad deve ter uma reunião com lideranças do Senado para discutir o arcabouço e, segundo Bijos, um dos temas tratados deve ser a intenção de fazer esse ajuste no ponto de partida da nova regra.

O secretário disse que a regra aprovada pela Câmara ficou mais apertada, o que pode gerar entraves na elaboração do Orçamento.

Além de um espaço fiscal menor, o governo precisará acomodar uma série de despesas sob o novo limite,

apelidadas pelo secretário de "come cotas de despesas discricionárias". A lista inclui a retomada dos pisos de saúde e educação vinculados à arrecadação, que resultarão em valores maiores do que os que vinham sendo praticados sob o teto de gastos aprovado no governo Michel **Temer** (MD B).

Como mostrou a Folha em maio, estimativas do mercado apontam um incremento de até R\$ 35 bilhões por causa dos novos pisos em saúde e educação, dos quais R\$ 29 bilhões seriam apenas na saúde. Os valores se aproximam de estimativas internas do governo.

Outros itens desafiadores são o piso para investimentos (ao redor de R\$ 70 bilhões), a reserva para emendas parlamentares e os gastos com custeio da máquina, onde o governo vê pouca gordura para redução ante os atuais R\$ 45 bilhões.

"Vamos tentar ajustar. Queremos achar um ponto de equilíbrio, nem afrouxar nem aportar, ter um nível adequado [de despesas]", disse Bijos.

Planejamento quer projeções de médio prazo no Orçamento

O Ministério do Planejamento prepara uma mudança no formato do Orçamento para incluir não só as despesas de cada política no ano corrente, como ocorre hoje, mas as projeções detalhadas para os três exercícios seguintes.

O plano deve rodar como piloto na proposta de Orçamento de 2024 e ser implementada integralmente em 2025 -quando a proposta contemplará a programação de gastos para o ano e as estimativas para 2026, 2027 e 2028.

O nível de detalhamento será bem maior do que no PPA (Plano Plurianual), que continuará existindo e expõe grandes objetivos e metas para a administração pública para um período de quatro anos.

O secretário de Orçamento Federal da pasta, Paulo Bijos, afirma que a alteração vai ampliar a transparência sobre os gastos públicos e "corrigir a miopia" dos gestores e legisladores, que tomam decisões de curto prazo sem antever como isso poderá afetar outras ações de governo no futuro.

O governo ainda discute se a especificação se dará por pro -gramas, num nível mais agregado, ou por ações, que aprofundam as informações sobre a destinação dos recursos. Para ter uma ideia do que isso significa, as diferentes ações do Minha Casa, Minha Vida estão inseridas sob o guarda -chuva do programa Moradia Digna.

"O foco é a repriorização de despesas", diz o secretário. Segundo ele, o novo formato vai escancarar as consequências, por exemplo, de conceder um reajuste maior para o funcionalismo, dada a limitação de gastos que deve vigorar a partir do novo arcabouço fiscal (ainda em tramitação no Congresso). O resultado poderia ser menos espaço para outras políticas.

Proposta da **reforma tributária** deve ser apresentada hoje

O relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), deverá apresentar nesta quarta (14) o texto substitutivo da PEC (proposta de emenda à Constituição). Segundo líderes partidários, esse foi um pedido feito pelo próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em reunião do colégio de líderes nesta terça (13). A expectativa é que o texto seja votado na Casa na primeira semana de julho. Aguinaldo apresentou na semana passada as linhas gerais da proposta. Ele disse que a migração para o novo sistema pode ter uma transição maior para acomodar benefícios fiscais já concedidos por estados e municípios e que foram convalidados pelo Congresso até 2032.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50307&anchor=6478760&maxTouch=0&_ga=2.218645593.156599387.1686539116-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=691fe237ab67cf6d388e0c38f0829fb9

Lira vê setores "tranquilos" com reforma tributária, mas cita "ruído" entre Estados

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse ao Estadão que os setores econômicos dão sinais de que estão de acordo com a **reforma tributária** e que avistou ruído, nos últimos dias, apenas entre os governadores.

Lira afirmou que pretende fazer hoje uma reunião com o relator do texto na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PPB), além do secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, e do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), autor da proposta de emenda constitucional usada como base para a atual discussão da reforma. A ideia do presidente da Câmara é discutir os detalhes da proposta para definir como serão feitos os debates sobre o texto até sua votação - prevista para a primeira semana de julho.

Na semana seguinte à apresentação do relatório do grupo de trabalho da Câmara que elaborou as diretrizes para a proposta a ser votada, Lira disse que a indústria e o agronegócio indicam estar favoráveis à votação. "O setor da indústria (está) tranquilo, o setor do agro, tranquilo, dos serviços...

Onde está o "ruidinho", que eu preciso entender, é nessa discussão dos governadores sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional", disse Lira.

"O governo (federal) já entendeu que tem de bancar esse fundo, para que não tenha nenhum tipo de desequilíbrio com as regiões menos atendidas, para os governadores que tenham dado algum tipo de incentivo ou que precisem garantir o serviço e a manutenção dos investimentos", afirmou.

O fundo, que sempre foi um dos entraves para o avanço da **reforma tributária**, tem o objetivo de distribuir recursos mediante critérios para a redução de desigualdades regionais e o estímulo ao desenvolvimento e geração de emprego e renda.

Ainda não há valores definidos para ele, mas parlamentares e representantes dos Estados falam em algo entre R\$ 50 bilhões e R\$ 150 bilhões.

A discussão entre os líderes regionais esquentou desde a semana passada sobre como será feita a

distribuição desses recursos. Há governadores que defendem que os Estados mais ricos fiquem de fora da divisão. Outros, que os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados sejam aplicados.

Os dois casos desagradam a Estados como São Paulo e Rio, onde os governadores desejam ter acesso ao fundo, alegando que há desigualdades dentro das regiões mais ricas e até mesmo dentro dos próprios Estados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estados menos desenvolvidos pedem compensação

LIANDER PORCELLA e GIORDANNA NEVES

Os governadores de Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), e de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB), sugeriram ontem ao relator da **reforma tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a inclusão no texto da proposta de um crédito presumido - uma espécie de compensação - de 5% para indústrias do Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

De acordo com Mendes, o crédito presumido seria uma forma de reduzir a desigualdade que existe entre essas regiões e o Sul e o Sudeste, que têm um setor industrial mais desenvolvido.

"Nós trouxemos uma proposta clara que as indústrias instaladas nessas regiões em desenvolvimento, Nordeste, Norte e Centro-Oeste, possam ter um crédito presumido de 5%. E este número já está previsto na atual legislação.

Isso estaria padronizado, acaba com a guerra fiscal", disse.

Mendes reforçou que a maioria dos governadores concorda que é preciso reformar o sistema tributário brasileiro, com a mudança na cobrança do imposto sobre consumo da origem para o destino, mas ponderou que é preciso observar os impactos regionais da reforma.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mudanças de crenças e o rumo da política - ZEINA LATIF

Zeina Latif

Passados dez anos, há muitas análises sobre as razões dos protestos de 2013. São reflexões importantes, pois aquelas manifestações dizem muito sobre as mudanças de crenças e valores de uma sociedade que se tornou mais exigente. São elementos que repercutem na política até hoje.

A imagem é de uma energia potencial acumulada que se materializou diante do gatilho representado pela repressão policial às manifestações de estudantes contra o reajuste da tarifa de ônibus em São Paulo. O sentimento de alívio de muitos ao assistir o fervor nas ruas dá uma dimensão da indignação que se acumulava.

Várias análises remetem ao anseio, até então incompreendido, por maior eficiência na ação estatal, com a oferta de serviços públicos de qualidade e o combate à corrupção. Grosso modo, as análises não contemplam e até afastam a hipótese de a situação econômica ter tido influência nos protestos.

No entanto, se na superfície o ambiente econômico parecia saudável, com desemprego baixo e bom crescimento do **PIB**, entre as camadas populares havia razões para apreensão. O quadro era de piora da sua situação financeira, o que ameaçava as novas aspirações de prosperidade e de aumento do padrão de vida -, conforme capturado em pesquisas da época sobre a chamada nova classe média -, frutos da rápida transformação na vida de muitos em um curto intervalo de duas gerações.

O retrato do mercado de crédito era ingrediente central. As dívidas em atraso dos indivíduos se acumulavam rapidamente, atingindo patamares recordes (um estoque equivalente a quase metade da chamada renda nacional mensal disponível das famílias).

Enquanto isso, aumentava o uso do cartão de crédito rotativo. As classes médias estavam no aperto.

É nesse contexto que a **inflação** deu as caras (acima de 6% ao ano), principalmente a de alimentos, que atingiu o pico de 16% ao ano em maio de 2013. Como resultado, houve queda, ainda que moderada, da renda real dos indivíduos.

Assim, depois de anos de aumento consistente do consumo de bens duráveis (exceto no auge da crise global de 2008-09), configurou-se um quadro de estagnação já a partir de 2011. A mesma situação se dava no consumo de serviços das famílias.

A nova realidade frustrava uma sociedade que ansiava por consumir mais e planejar o consumo futuro -como apontado nas pesquisas de Renato Meirelles -, especialmente os jovens, que esperavam mais do país que muito prometeu.

Mais do que isso, alimentava o medo de perda de status quo.

Formamos uma sociedade pouco coesa, com clivagens regionais e sociais bem delineadas.

No entanto, as manifestações parecem ter forjado um sentimento de união.

Não durou muito.

Talvez pelo medo das urnas naqueles tempos agitados, o governo Dilma, com vistas à reeleição, buscou estimular artificialmente a economia, contando com a falha de instituições democráticas, como o Congresso, o Tribunal de Contas e o TSE. Enquanto isso, o recrudescimento do discurso "nós contra eles" na campanha eleitoral alimentou a cisão da sociedade -aprofundada com Bolsonaro.

A mais grave recessão de nossa história, entre meados de 2014-16, inviabilizou o sonho de gerações. Somou-se à indignação da sociedade a raiva contra os políticos e as instituições democráticas. E o sentimento de pertencimento se esvaiu.

Todos esses elementos continuam presentes.

A conquista da confiança e a pacificação da sociedade dependerão de o país passar por vários testes de robustez democrática -principalmente na atuação dos Poderes, evitando extremos de omissão e de abuso de suas atribuições -e, certamente, de ações para a volta do crescimento econômico, com justiça social.

Não é tarefa fácil. Requer reformar regras que induzem baixas produtividade e crescimento da renda.

Um exemplo é a **reforma tributária**.

A criação do IVA será grande acerto do governo, algo desafiador em um país em que o setor produtivo desconfia da ação estatal e teme mudanças nas regras do jogo -a resistência não se resume ao patrimonialismo.

Trata-se de passo essencial no caminho para um ambiente de negócios saudável e uma estrutura tributária neutra na decisão de investimentos.

De quebra, poderá contribuir para a justiça tributária, enquanto a transparência quanto à carga de **impostos** sobre o consumo irá favorecer o exercício da cidadania.

A classe política deve à sociedade esse esforço.

A conquista da confiança e a pacificação da sociedade dependerão de o país provar robustez democrática e conquistar justiça social

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ
Mudanças de crenças e o rumo da política

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Relatório de GT desagrada ruralistas

Reforma tributária - As diretrizes apresentadas no relatório do grupo de trabalho da **reforma tributária** da Câmara dos Deputados não agradaram a bancada ruralista. Os parlamentares ligados ao agronegócio querem que o texto final da proposta, que deverá ser divulgado na próxima semana, seja claro sobre a manutenção da desoneração da cesta básica e da isenção para as exportações.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187574>

Haddad quer atrelar desoneração da folha à reforma tributária

Publicado em 14/06/2023 - 08:26

Por

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tentará convencer o Senado a atrelar as discussões sobre a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia à segunda fase da **reforma tributária**, prevista para tramitar no segundo semestre no Congresso Nacional. Segundo ele, faz mais sentido deixar o tema para o momento em que os **tributos** sobre a renda forem redesenhados.

Sem entrar em detalhes, o ministro disse que a proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado nesta terça-feira (13) é inconstitucional. "O próprio Congresso aprovou uma emenda constitucional dizendo que esse benefício [a desoneração da folha] tinha data para acabar. Então estamos sensibilizando os senadores. Vamos insistir que a oportunidade para a discussão não é agora, é para depois da [primeira fase da] **reforma tributária**, para que a gente possa se debruçar sobre isso", comentou.

Em primeira votação, a CAE aprovou a extensão até 2027 da desoneração da folha de pagamento para os setores que teriam o benefício até o fim do ano. A proposta ainda precisa ser votada em segundo turno pela comissão. Caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado, o texto irá direto para a Câmara dos Deputados.

Haddad afirmou que a equipe econômica trabalha em uma proposta alternativa sobre o tema, que pode ser inserida na segunda fase da **reforma tributária**. "Estamos procurando ser respeitosos com o Congresso. Estou pedindo a confiança de que, depois da [primeira fase] da **reforma tributária**, vamos entrar na segunda fase em que outros **tributos** serão redesenhados. Os benefícios previstos têm vigência até fim do ano, não consigo entender a pressa", declarou.

Em relação à primeira fase da **reforma tributária**, que simplificará a tributação sobre o consumo, Haddad defendeu a existência de um fundo de desenvolvimento regional para compensar eventuais perdas dos estados com as mudanças no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o fim de incentivos fiscais. No entanto, disse que

esse fundo precisa ter um teto e ser adotado gradualmente. "Limite, tem que ter um, lógico, e tem que ter um escalonamento. Isso tem que ter", comentou, sem entrar em detalhes.

O ministro disse estar aberto a uma eventual ampliação do prazo para a migração do atual regime tributário para o novo previsto na nova **reforma tributária**. "Essa é uma ideia que nos foi apresentada. Nós estamos analisando, mas o texto, de maneira condicional, vai ser apresentado nos próximos dias eu acho", afirmou.

Ontem, Haddad reuniu-se com o relator da proposta da primeira fase da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Segundo o ministro, a mudança do sistema de tributação alavancará o crescimento do país, ao criar um regime "mais robusto e transparente".

No início da noite desta terça-feira, Haddad reuniu-se com o senador Omar Aziz (PSD-AM), relator do projeto do novo arcabouço fiscal no Senado. O ministro pediu "parcimônia" ao Congresso para não alterar o texto aprovado pelos deputados. "O que concordamos com Aziz é fazer algo com parcimônia, e [apenas] se for o caso", disse Haddad após o encontro.

O ministro lembrou que, em caso de emendas que mudem o mérito de algum artigo, o texto terá de ser votado novamente pelos deputados. Haddad, porém, disse que qualquer alteração precisa ser acordada com o presidente da Câmara, Arthur Lira. "O que pactuamos primeiro é respeitar o trabalho da Câmara", declarou.

Alegando educação com o relator no Senado, o ministro disse que não pode dizer que o governo esteja totalmente fechado a mudanças na proposta. "Não posso dizer que não estamos abertos a nada. O senador não vai carimbar o projeto, ele tem a reflexão dele, as circunstâncias dele. Então, eu penso que, quanto mais respeitosos formos em relação ao trabalho do Senado, mais próximo o resultado do Senado vai ser do da Câmara, que é o que a gente quer", comentou Haddad.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023->

06/haddad-quer-atrelar-desoneracao-da-folha-reforma-tributaria

Haddad diz que prorrogar desoneração da folha viola Constituição e defende adiar discussão

Idiana Tomazelli

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta terça-feira (13) que a prorrogação da desoneração da folha viola dispositivos da Constituição e defendeu que o tema seja discutido de forma mais ampla na segunda fase da **reforma tributária**, que o governo espera tratar no segundo semestre deste ano.

A medida foi aprovada na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) no Senado na manhã desta terça, em um revés para a equipe econômica. O texto ainda precisa passar pela votação de emendas na comissão e também pela Câmara dos Deputados. O impacto potencial sobre as contas é de pelo menos R\$ 9,4 bilhões.

Parlamentares favoráveis à medida argumentam que ela é necessária para garantir a manutenção de empregos em setores que são intensivos em mão de obra. No formato atual, o benefício contempla 17 segmentos e tem duração garantida até 31 de dezembro de 2023. O projeto quer estender esse prazo até o fim de 2027.

"Nós vamos insistir que a oportunidade para essa discussão não é agora. É depois da **reforma tributária**, para que a gente possa se debruçar sobre isso. Já tem uma equipe trabalhando nisso internamente, e nós queremos fazer esse debate com o Congresso", disse o ministro.

"O próprio Congresso aprovou uma emenda constitucional dizendo que esse tipo de benefício tinha data para acabar [...] A decisão, na minha opinião, viola o dispositivo constitucional. O que nós vamos apresentar é uma outra forma. Nós estamos elaborando uma proposta para ser encaminhada no segundo semestre."

Segundo Haddad, este novo projeto só deve ser enviado após a promulgação da primeira fase da reforma, que trata dos **tributos** sobre consumo. A PEC (proposta de emenda à Constituição) está em discussão na Câmara e ainda precisa passar pelo Senado.

"Nós estamos honrando sempre a palavra empenhada", disse o ministro. "E eu estou pedindo essa confiança de que, depois da **reforma tributária**, nós vamos entrar na segunda fase da reforma, onde esses **tributos** que não foram tratados na primeira fase poderão ser redesenhados. Mas para isso precisa de tempo, precisa de técnica", acrescentou.

Para ele, prorrogar agora a desoneração da folha poderia dar uma "sinalização ruim" diante das tentativas do governo de obter apoio no Congresso às medidas necessárias para reequilibrar as contas públicas. Haddad argumentou também que o benefício atual é válido até o fim do ano, o que daria tempo ao governo para propor uma solução alternativa.

A política de desoneração da folha já foi estendida repetidas vezes e, na versão atual, contempla 17 setores: calçados, call center, comunicação, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Prorrogar o benefício a esses segmentos diminui a arrecadação em ao menos R\$ 9,4 bilhões ao ano.

A versão aprovada pela CAE ainda reduz de 20% para 8% a contribuição previdenciária paga por municípios com até 142,6 mil habitantes, potencializando o impacto.

O argumento dos parlamentares é que as prefeituras menores têm poucas receitas próprias e recebem repasses menores do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), acumulando dívidas com a **Previdência Social**.

O senador Efraim Filho (União Brasil-PB), autor da proposta, afirma que a medida é importante para evitar demissões em setores que são intensivos em mão de obra. O grupo estima que o fim da política afetaria 600

mil trabalhadores, entre dispensas e ausência de novas contratações.

"O governo já não tem essas receitas. Ninguém perde o que não tem. Com o fim do benefício, teria um aumento de custos com seguro-desemprego, e cabe ao governo assumir essa conta. Não é vantagem tirar um benefício para arrecadar mais e ter que arcar custos", afirma o senador.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/06/haddad-diz-que-prorrogar-desoneracao-da-folha-viola-constituicao-e-defende-adiar-discussao.shtml>

Preços caem até R\$ 47,6 mil com programa do "carro popular"

O pacote do chamado "carro popular" visa destravar as vendas de veículos de passeio novos com tabela de até R\$ 120 mil. Porém, os descontos foram se multiplicando e são oferecidos não só por montadoras, mas também por concessionárias.

Até o fechamento desta reportagem, o maior bônus apurado era de R\$ 47,6 mil.

No caso das montadoras, uma das que mais surpreenderam foi a Renault. A marca aplicou desconto de R\$ 10 mil ao preço do Kwid Zen, versão de entrada do carro mais barato do Brasil. Com isso, o hatch feito no Paraná, que tinha tabela de R\$ 68.990, agora está à venda por R\$ 58.990.

O Mobi, que disputa o posto com o Renault, também teve o preço reduzido pela Fiat em R\$ 10 mil. Com isso, a tabela ficou igual à do concorrente.

Já para o Pulse, SUV mais em conta do País, o corte na tabela foi de R\$ 11 mil. Assim, a versão Drive 1.3 com câmbio manual, que partia de R\$ 100.990, agora parte de R\$ 89.990.

Aliás, na noite de segunda-feira da semana passada, dia em que o pacote foi divulgado, a Volkswagen anunciou descontos acima dos previstos pelo governo federal. Com o bônus de R\$ 5 mil, o preço do Polo Track, o modelo de entrada da marca no País, foi reduzido de R\$ 81.490 para R\$ 74.490.

Em nota, a VW informa que o cliente poderá optar entre o bônus ou "taxa zero", no caso de planos de financiamento.

Na linha HB20, além dos descontos "do governo", que vão de R\$ 2 mil a R\$ 6 mil, a Hyundai oferece bônus de R\$ 3 mil a R\$ 6,3 mil. Como resultado, o HB20 Sense, carro de entrada da marca, tem abatimento de R\$ 12.300 e está sendo vendido por R\$ 69.990. Ou seja, o preço é similar ao do Kwid antes do anúncio do programa.

Outro que está com preços atraentes é o Peugeot 208. A versão Like 1.0, que é a mais em conta da linha, tem desconto de R\$ 7 mil. A tabela baixou de R\$ 69.990 para R\$ 62.990.

Segundo a marca, os preços de seus carros estão de

R\$ 2 mil a R\$ 8 mil mais em conta.

Já o Caoa Chery Tiggo 5X Sport, lançado cinco dias antes do anúncio do pacote, nem bem chegou e já ficou R\$ 2 mil mais barato. A nova opção de entrada da marca estreou com preço de R\$ 119.990 (promocional, por tempo limitado).

Porém, agora o SUV está sendo vendido por R\$ 117.990.

Mas o maior abatimento é oferecido pelo Osten Group, de São Paulo. A empresa tem concessionárias de marcas como BMW, BYD, Jaguar, Jeep e Land Rover, na capital e em cidades do interior e litoral.

Para o Commander Limited com motor turbodiesel, o SUV de topo entre os carros da Jeep feitos no Brasil, o bônus é de R\$ 47,6 mil. O modelo, que está longe de ser um carro popular, é vendido por R\$ 246.990.

Porém, há opções mais em conta. O Renegade 1.3 Turbo, por exemplo, tem R\$ 10 mil de bônus. Com isso, pode ser adquirido por R\$ 115.990.

REGRAS. O pacote do carro popular prevê a concessão de créditos tributários às montadoras.

Inicialmente, o governo federal informou que faria um corte de 1,5% a 10,96% sobre a tabela de veículos de passeio, por meio da redução de **impostos** como IPI e PIS/Cofins.

Contudo, o plano mudou e os cortes, que vão de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil, serão aplicados na nota fiscal ao consumidor. Além disso, passou a incluir pesados, como caminhões e ônibus.

O financiamento do pacote, no valor de R\$ 1,5 bilhão, virá da sobretaxa de R\$ 0,11 no preço do litro do óleo diesel.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Postura de Lula ameaça acordo já fechado com UE (Editorial)

É do interesse do Brasil um acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia (UE). Por isso causam preocupação as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília em encontro com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Lula criticou exigências dos negociadores da UE na área ambiental e disse querer rever um mecanismo do texto já acordado sobre a participação de empresas europeias em compras governamentais. Não está claro se o objetivo é aparar arestas pontuais e firmar logo o acordo ou criar empecilhos, para assim reabrir a negociação iniciada em 1999 e concluída em 2019, adiando indefinidamente a implementação.

A segunda possibilidade seria desastrosa para o Brasil, tanto do ponto de vista comercial como geopolítico.

O acordo firmado prevê a eliminação de **impostos** de importação para mais de 90% dos bens comercializados entre os dois blocos ao longo de um período de transição de 15 anos. Embora as vantagens comerciais para o setor industrial sejam menores, pois as tarifas europeias já são baixas, a implementação elevará os investimentos e favorecerá a integração brasileira a cadeias globais.

Para o setor agrícola, o ganho advém do aumento das cotas para diversos produtos.

Por tudo isso, não surpreende que entidades representativas de empresários industriais e do campo sejam favoráveis ao tratado.

O acordo é um primeiro passo para abrir a economia brasileira - ainda uma das mais fechadas do planeta - à competição. Negociações multilaterais envolvendo dezenas de países são consideradas impossíveis na atual conjuntura internacional. As grandes potências não mostram interesse nessa alternativa, e a Organização Mundial do Comércio (OMC) sofre há anos uma erosão de poder. O único caminho disponível para a liberalização comercial hoje é a assinatura de acordos entre países ou blocos.

Do ponto de vista geopolítico, também faz sentido estreitar a aproximação com os europeus. Num momento em que a disputa entre Estados Unidos e China só faz crescer, o Brasil precisa escapar das armadilhas dessa bipolaridade.

Estreitar os laços com os europeus seria uma maneira salutar de evitar ser forçado a escolher um dos lados, ampliando as opções.

A crítica de Lula às exigências ambientais é válida. Apresentado no começo do ano, um adendo exige uma meta impraticável para o fim do desmatamento e prevê sanções em caso de descumprimento.

O artifício parece uma maquiagem ambiental para o velho protecionismo. Reduzir o desmatamento é interesse também do Brasil e, com boa vontade, as exigências poderiam ser reformadas ou eliminadas.

O caso das compras governamentais é distinto. Obcecado pela ideia de política industrial, Lula quer barrar a participação dos europeus em licitações do governo, voltando atrás num compromisso já assumido pela diplomacia brasileira.

Se insistir, dará oportunidade para que a UE apresente velhas e novas demandas. Já será difícil garantir todas as aprovações necessárias para que o texto do acordo entre em vigor (27 parlamentos nacionais, fora o Parlamento Europeu). Reabrir as negociações depois de fechado o texto só piora a situação.

É tudo o que os protecionistas europeus querem para dinamitar o acordo.

Será provavelmente o fim de um tratado fundamental para dinamizar a economia brasileira. Infelizmente, talvez seja esse o plano de Lula.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Rússia anuncia imposto para obter US\$ 3,6 bi dos oligarcas

A Rússia divulgou ontem um imposto extraordinário sobre grandes empresas para arrecadar 300 bilhões de rublos (US\$ 3,6 bilhões) de seus oligarcas, uma vez que a guerra na Ucrânia continua a pressionar as finanças do Kremlin.

O imposto proposto por meio de um projeto de lei exigirá que grupos russos com lucros anuais de mais de 1 bilhão de rublos desde 2021 paguem um imposto único de até 10% sobre os ganhos.

Um alto funcionário do governo russo afirmou que a ideia do imposto partiu das próprias empresas, que perceberam que haviam obtido lucros "gigantescos" durante o período que precisam ser devidamente tributados.

A medida faz parte de uma série de ações para fortalecer os cofres do Kremlin depois que a queda nas receitas do petróleo - sob as sanções ocidentais - e um aumento nos gastos com defesa relacionados à guerra levaram a Rússia a registrar um déficit orçamentário de 3,41 trilhões de rublos no primeiro semestre deste ano.

Embora o dinheiro não vá diretamente financiar a invasão da Ucrânia, o novo imposto indica a crescente influência do Estado russo sobre as grandes empresas à medida que consolida o controle sobre a economia.

As maiores empresas de metais, mineração e produtos químicos da Rússia conseguiram cancelar um imposto extraordinário semelhante em 2018, que teria arrecadado US\$ 7,5 bilhões extras para gastos sociais, depois que os preços de suas ações despencaram.

Mas o primeiro vice premiê russo, Andrei Belousov, o maior defensor de ambas as iniciativas, afirmou que os oligarcas da Rússia se ofereceram para entregar seus lucros em um gesto patriótico.

"Vou lhe contar um grande segredo: a ideia desse imposto de 300 bilhões de rublos veio das empresas, não do Estado", disse Belousov ao jornal nisso "RBC" em entrevista publicada ontem.

"Eles [os empresários russos] são inteligentes e bem informados. Eles entendem que tiveram lucros colossais em 2021 e 2022, simplesmente gigantescos."

Mas os planos se mostraram controversos entre os oligarcas russos, que pressionaram durante meses para atenuar a medida.

"Não entendo a ideia... Se você precisa de dinheiro, apenas aumente os **impostos**", disse ao "Financial Times" um oligarca que provavelmente será afetado pelo imposto. "Há uma sensação de que [Putin] mais uma vez enganou a todos, inclusive a si mesmo."

A Rússia começou a discutir o novo imposto, que analistas dizem que provavelmente atingirá mais os setores de metais e fertilizantes, no início deste ano, depois que as sanções ocidentais começaram a deprimir as receitas de exportação de petróleo. O Sberbank, o maior credor da Rússia, também será afetado pelo novo imposto.

10% É a alíquota máxima do novo imposto

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187574?page=1§ion=1>

Governo tenta evitar corte de R\$ 40 bi em 2024

Edla Lula

A equipe econômica trabalha para evitar um corte de despesas no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2024, que pode chegar a R\$ 40 bilhões, por causa de alterações feitas pelos deputados na proposta de novo regime fiscal elaborado pelo governo.

Aprovado em maio na Câmara, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 23/2023 está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e deve ser votado até o fim de junho.

Os ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento, devem apresentar alternativas para minimizar o impacto fiscal das mudanças introduzidas no substitutivo do relator, deputado Cláudio Cajado (PP/BA).

De acordo com o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Paulo Bijos, o esforço da equipe econômica é para "tentar ajustar o T- zero - o ponto de partida que viabilize um PLOA adequado para o nível de despesas discricionárias".

Uma das principais preocupações está centrada na alteração do artigo 4º do PLP, que trata da correção do limite de gastos nas despesas discricionárias pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No texto original, a correção seria feita com base no IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de janeiro a junho e na projeção do indicador para o período até dezembro do ano de elaboração do PLOA, mais uma elevação real (acima da **inflação**) que varia entre 0,6% e 2,5%. No substitutivo de Caiado, o período de apuração passou a ser o dos 12 meses terminados em junho, uma vez que o projeto precisa ser encaminhado ao Congresso até agosto.

A intenção seria a de que a **inflação** do período não fosse superestimada nas projeções do PLOA, o que poderia elevar o valor nominal das despesas. De acordo com os últimos dados divulgados pelo IBGE, o IPCA nos 12 meses terminados em maio estava em 3,9%. Já as estimativas para a **inflação** até dezembro ultrapassam os 5%.

Outra fonte de preocupação, que limita as possibilidades de gastos do governo em políticas

públicas, se refere ao comprometimento de despesas como os pisos da saúde e educação, além do piso para investimentos e reservas para emendas parlamentares, o que Bijos chamou de "come cota" das despesas discricionárias.

"Quando se subtrai todas essas despesas nas nossas projeções, na forma como foi aprovada na Câmara, faltariam R\$ 40 bilhões", comentou ele.

Para um ponto de partida adequado, disse, o ideal seria a nova redação do artigo 4º, mas essa alternativa esbarra na possibilidade de o texto, sendo modificado no Senado, ter que retornar à Câmara para nova votação. Para isso acontecer, seria necessário um acordo que desse celeridade ao trâmite na Casa, sem o risco de parlamentares trazerem novas mudanças ao texto.

Outra solução é a inclusão, na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que está em discussão no Congresso, da chamada "despesa condicionada à aprovação legislativa", caso haja espaço fiscal para a liberação dos R\$ 40 bilhões no ano que vem. "É uma preocupação do Ministério do Planejamento que esse t-zero, ponto de partida, esteja o mais equacionado possível em prol do sucesso do novo arcabouço fiscal", enfatizou Bijos, segundo quem todas essas possibilidades de ajustes serão discutidas em reunião entre os ministros da área econômica e os líderes partidários no Senado.

Reiteradas vezes, a ministra Tebet tem chamado atenção para a imposição dos cortes de gastos no orçamento de 2024, caso essas alterações no arcabouço fiscal não sejam revistas no Senado.

Na segunda-feira passada, falando a integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável, ela afirmou que "ao colocar que o IPCA é até o meio do ano, você diminui a capacidade de gastos públicos.

Ao incluir, dentro do novo teto, o piso de enfermagem, o fundo Constitucional do Distrito Federal e a diferença do Fundeb, você praticamente engessa uma parte do orçamento".

Modernização

Em conversa com jornalistas, o secretário de Orçamento também informou que o ministério prepara uma série de iniciativas de modernização do orçamento público.

Entre as medidas, está a alteração da Lei 4320/1964, que no próximo ano completa 60 anos.

Ele lembrou que a Lei, principal normativo do processo orçamentário do país, está defasada.

Ela não trata, por exemplo, de diversos dispositivos criados desde a Constituição de 1988, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

De acordo com Bijos, a Secretaria de Orçamento, responsável por conduzir o processo de elaboração da nova lei, tem até março de 2024 para submetê-la ao governo. "A ideia é acabar com a insegurança (jurídica) e tornar a lei mais gerencial, não ter tanto engessamento, ser mais finalística e programática", explicou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/14/all.pdf>

UE sinaliza investir R\$ 10,5 bi em hidrogênio verde no Brasil

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou na segunda (12) um investimento de 2 bilhões (cerca de R\$ 10 bilhões) em hidrogênio verde no Brasil. A declaração foi feita logo após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em Brasília.

"Fico muito satisfeita por lançarmos outro projeto do Global Gateway sobre hidrogênio verde. Com isso, a Europa vai investir 2 bilhões para apoiar a produção brasileira de hidrogênio verde, promovendo eficiência energética na sua indústria", disse no Palácio do Planalto.

Disse ainda que a União Europeia quer importar 10 milhões de toneladas de hidrogênio renovável todos os anos, no âmbito do chamado European Green Deal. E que é possível construir um mercado transatlântico de hidrogênio limpo.

As declarações foram dadas em meio a uma viagem de Von der Leyen a quatro países à América Latina para fortalecer os laços políticos e comerciais que a UE admite ter negligenciado. Desde a invasão da Ucrânia pela Rússia, a UE tem procurado parceiros "com ideias semelhantes" para fornecer outras fontes de comércio e minerais necessários para a transição verde e ajudar a reduzir a dependência da China.

O hidrogênio é visto por muitos como o combustível do futuro, principalmente em sua versão sustentável - o hidrogênio verde-, cuja produção o Brasil tem condições de liderar globalmente.

Saiba mais sobre essa forma de energia.

*

O que é hidrogênio verde?

Embora exista em grande quantidade na natureza, o hidrogênio raramente é encontrado na forma elementar (hidrogênio puro), mas, sim, ligado a outros elementos, como na água (formada por dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio) ou no petróleo (ligado a

outros elementos, como carbono, nitrogênio etc.)

Sua extração é feita a partir de alguma dessas

matérias-primas. Hoje, principalmente, das de origem fóssil, como gás natural, petróleo ou carvão, menos sustentável.

O hidrogênio verde (H2V), por sua vez, é derivado da água e extraído com energia elétrica renovável para quebrar a molécula e separar o hidrogênio gasoso do oxigênio.

Qual o impacto ambiental do uso do hidrogênio verde?

Segundo a Agência Internacional de Energia, substituir o hidrogênio "cinza" pelo verde ajudaria a economizar cerca de 830 milhões de toneladas de carbono por ano, equivalentes às emissões de Reino Unido e Indonésia somadas. Se considerar o potencial para substituir outros combustíveis poluentes - na siderurgia e na aviação, por exemplo-, o impacto positivo no meio ambiente pode ser maior.

Por que ele ainda não é usado em larga escala?

As tecnologias de produção em larga escala não estão 100% consolidadas. Além disso, transportar hidrogênio é desafiador, pois exige armazenamento em baixas temperaturas e alta pressão, dificultando a logística.

Mas, como o mercado é promissor, empresas estão apostando no desenvolvimento da indústria de H2V. Num momento em que a crise climática se mistura com a crise energética na Europa, a corrida ganhou senso de urgência.

Porque o Brasil tem vantagens nessa produção?

Porque o país tem condições climáticas favoráveis à geração de energia solar e eólica.

Hoje, o Brasil é o terceiro maior produtor de energia renovável no mundo, atrás de EUA e China. A alta oferta também põe o país entre os mais competitivos em preço.

Um estudo da Bloomberg-NEF projeta o Brasil como um dos únicos capazes de oferecer hidrogênio verde a um custo inferior a US\$ 1 por quilo até 2030. Considerando o longo prazo (2050), a cifra pode cair para US\$ 0,55/kg.

Quanto é preciso investir para essa produção?

O país precisará investir na indústria cerca de US\$ 200 bilhões (R\$ 1,04 trilhão) até 2040, segundo estimativas da consultoria McKinsey.

Franceli Jodas, líder global de energia da consultoria KPMG, diz que o Brasil já começou a se movimentar nessa direção. Os projetos, ressalta, ainda são pilotos, mas isso é global.

Segundo Jodas, é preciso passar por um período de maturidade não só da tecnologia, mas de questões de mercado internacional "Todo mundo quer ser o grande exportador de hidrogênio verde, todos querem atender às demandas de energia da Europa, mas o fato é que precisamos de desenvolvimento tecnológico ainda".

Ela lembra que os EUA lançaram em 2022 a chamada "Lei de Redução da **Inflação**", um pacote de mais de US\$ 400 bilhões (R\$ 2,08 trilhões) para estimular soluções ambientais, incluindo o hidrogênio. "Estamos falando de uma corrida geopolítica para atender a uma demanda da Europa, que tem uma limitação forte na produção de energia."

O Brasil já investe em H2V?

Hoje, o Nordeste concentra a maior movimentação em tomo do H2V no Brasil. A região quer se posicionar como polo produtor, devido ao alto potencial de geração de energia solar e eólica, além da localização estratégica dos portos ante o mercado europeu.

O Ceará é o estado com o maior número de projetos já anunciados, mas Bahia, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte vêm logo atrás.

Segundo Joaquim Rolim, coordenador de energia na Fi-ec (Federação das Indústrias do Estado do Ceará), o estado tem mais de 24 memorandos de entendimento com empresas nacionais e estrangeiras, sinalizando investimento superior a US\$ 29,7 bilhões (R\$154,9 bilhões).

"Nós temos condições de produzir no Brasil, no Nordeste e, particularmente, no Ceará, o hidrogênio verde mais barato do mundo", diz Rolim.

Mas é na Bahia que a primeira fábrica de H2V está sendo construída. Em julho de 2022, a Unigel anunciou o projeto, com investimento inicial de US\$ 120 milhões (R\$ 626 milhões), no Polo Industrial de Camaçari, e deve entrar em operação até o final de 2023.

Luiz Felipe Fustaino, diretor executivo da Unigel, diz que o interesse da companhia está na amônia verde, que é um dos subprodutos do H2V.

A empresa do setor químico e petroquímico é grande consumidora do composto, hoje produzido principalmente pela sintetização do gás natural.

Segundo Fustaino, a usina na Bahia vai converter todo o H2V em amônia, que pode ser usada como fonte de energia, combustível marítimo e na fabricação de fertilizantes e acrílicos com menor pegada de carbono. Mas também pode ajudar a resolver uma dificuldade relevante: transporte e armazenamento.

"Hidrogênio é um gás extremamente volátil. Para armazená-lo, é preciso que a temperatura esteja na casa de -30°C ou sob muita pressão. Já a amônia é um produto mais fácil" diz. "Então transporta-se a amônia e o cliente reverte o processo."

A expectativa é que no fim de 2023, a Unigel já tenha a usina pronta para fabricar as primeiras toneladas de H2V. A previsão inicial é produzir 10 mil toneladas por ano, que serão convertidas em 60 mil toneladas de amônia verde. A segunda fase prevê expandir a produção em dez vezes.

Outras empresas já investem no mercado de H2V, como a White Martins e a Shell.

Com Reuters

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50307&anchor=6478760&maxTouch=0&_ga=2.218645593.156599387.1686539116-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=691fe237ab67cf6d388e0c38f0829fb9

"Meta fiscal em 2025 só sai no cenário mais otimista"

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

ENTREVISTA: Vilma Pinto, Pesquisadora licenciada da FGV, é graduada em Ciências Econômicas pela Uerj, com mestrado pela FGV

A diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), Vilma Pinto, afirma que as metas traçadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para o resultado das contas do governo nos próximos anos podem não ser cumpridas caso sejam frustradas as expectativas de aumento de receitas. E essas expectativas são ambiciosas.

No primeiro ano de vigência do novo arcabouço fiscal, em 2024, o governo prevê ampliar as receitas em R\$ 238 bilhões para zerar o déficit público. Segundo a economista, porém, um novo aumento de receita será necessário para o cumprimento da meta fiscal em 2025, quando o governo prevê entregar um superávit primário equivalente a 0,5% do **PIB**. A seguir, trechos da entrevista.

A IFI projeta que a meta fiscal pode não ser cumprida já em 2025. Pode explicar melhor essa previsão?

A gente parte de um cenário em que o objetivo de 2024 é cumprido, que o déficit fiscal é zerado no ano que vem. Sabemos que existe uma dificuldade em razão do potencial de receita que vai poder ser incrementado, mas tem esse dado como partida.

E, a partir daí, traçamos diversos cenários que mostram a dependência de receitas. O governo precisa alcançar um volume expressivo de receitas para cumprir as metas que ele mesmo definiu. Mas ainda não há clareza em relação às medidas que vão ser adotadas, dado que o foco desse ajuste está sendo concentrado em receitas.

Mas partindo do pressuposto de que o governo atinja a receita que ele precisa em 2024, o cenário para frente, só com a aplicação da regra do teto de gastos, é suficiente para ele conseguir continuar cumprindo as metas de resultado fiscal ou ainda vai precisar de aumento adicional de receita?

O nosso cenário indica que, mesmo partindo de 2024 como um cenário de déficit zero, ele ainda assim poderia encontrar dificuldades para cumprir a meta de

primário nos anos seguintes.

Naturalmente, esse número pode variar a depender do **PIB**, da taxa de juros.

Mas ele já descumpriria a meta em 2025?

Para 2025, se conseguirmos fazer com que o crescimento econômico seja um pouco melhor, isso pode ajudar no cumprimento (da meta), mas ainda assim é um cenário que mostra claramente que o governo vai precisar de incrementos adicionais de receita. Fizemos várias hipóteses olhando um pouco do passado do crescimento das receitas. Somente no cenário que a gente considera mais otimista, pegando a média de crescimento (da receita) de 1999 até 2022, que pega aquele período de boom de commodities, que a gente consegue ver o cumprimento da meta em 2025. Agora, aplicando as regras de gastos puramente, de teto e de piso, realmente o cenário é um pouco preocupante.

Até chegar em 2027 pelo menos, o governo deve encontrar alguma dificuldade para fazer esse incremento adicional de metas de primário, saindo de zero, em 2024, para 0,5%, em 2025, 1%, em 2026, e 1,5% em 2027. Essa trajetória vai exigir algum adicional de receita.

Então, o grande teste vai ser nos dois primeiros anos (2024 e 2025)?

Exatamente. É uma regra fiscal que tem alguns elementos interessantes. Em cenários normais, nos quais não há queda da receita ou que a receita não cresça pouco, você teria sempre um cenário em que a despesa cresce abaixo do crescimento da receita. Então, isso gera uma convergência, uma melhora gradual dos resultados fiscais. Mas, como fixado no texto do arcabouço, as metas de resultado primário têm de ser compatíveis com a estabilização da relação dívida/ **PIB**. Então, mesmo que você tenha uma melhora do resultado primário, por conta da regra, essa melhora pode não ser suficiente para cumprir a meta de primário. Por isso, é necessário recorrer a mais receita.

Pelas contas da IFI, qual o impacto das medidas já anunciadas pelo ministro da Fazenda pelo lado das receitas?

O governo está sinalizando que precisa incrementar (as receitas) em R\$ 238 bilhões, e já anunciou como potencial R\$ 251 bilhões que a gente sabe que tem muita incerteza nesses números. Então, o número que a gente está considerando nas nossas contas, a princípio, é algo como R\$ 90 bilhões desses R\$ 251 bilhões para 2024.

Sua avaliação é de que o governo está colocando a régua muito alta, e a tendência é revisar a meta para baixo já na LDO de 2024, que tramita no Congresso?

Eu acredito que mudar a meta logo na largada traria uma sinalização ruim. Então, por enquanto, minha percepção é de que o governo vai tentar atingir a meta de primário (em 2024).

"Acredito que mudar a meta logo na largada traria uma sinalização ruim. Então, minha percepção é de que o governo vai tentar atingir a meta de primário (em 2024)"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Secretário prevê "ajustes" na proposta de arcabouço

O secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, disse ontem que alguns ajustes precisam ser negociados com o Senado, no âmbito da proposta de arcabouço fiscal, para evitar que o Orçamento de 2024 seja enviado no fim de agosto com um corte de despesas discricionárias, que pode variar de R\$ 40 bilhões a R\$ 60 bilhões nos cálculos de diferentes membros da equipe econômica. Uma das alternativas é deixar expresso no texto que algumas despesas do próximo ano ficam condicionadas à abertura do crédito adicional, enquanto outra proposta seria utilizar a **inflação** fechada em novembro deste ano para corrigir as despesas.

"É uma preocupação do Ministério do Planejamento para que o ponto de partida [de despesas para os próximos anos] esteja o mais equacionado possível", disse Bijos.

Há duas semanas, em entrevista exclusiva ao Valor, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, havia alertado que o texto final aprovado pela Câmara dos Deputados poderia demandar uma corte de até R\$ 60 bilhões no envio da peça orçamentária. Nos cálculos do Ministério do Planejamento que estão sendo divulgados pela ministra Simone Tebet, esse patamar é um pouco menor e pode chegar a R\$ 40 bilhões.

Trata-se de um problema operacional para a elaboração do Orçamento deste ano, já que o governo teria de fazer uma escolha de enviar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) até 31 de agosto condicionando algumas despesas à

abertura de crédito adicional no próximo ano-o espaço fiscal é o mesmo, já que as rubricas serão recompostas posteriormente.

De acordo com o texto aprovado no fim do mês passado na Câmara, a alta dos gastos para o próximo ano ficou condicionada a dois fatores: às estimativas do aumento de receita até o fim de 2024 e à **inflação** fechada até dezembro deste ano. Posteriormente, com as diferenças, haverá a abertura de dois créditos suplementares, permitindo que o Executivo eleve despesas.

A partir do próximo ano, nos cálculos da área orçamentária do governo, cinco despesas vão pressionar o nível de discricionárias de livre alocação:

retorno da correção dos gastos de saúde e educação pela receita, o piso para investimentos (estimado em R\$ 70 bilhões), a reserva para emendas parlamentares e os gastos para o custeio da máquina (estimado em R\$ 45 bilhões). Descontando esses gastos, chamados de "come-cotas" pelo secretário do Orçamento, é quando os técnicos chegam à insuficiência orçamentária que varia entre R\$ 40 bilhões e R\$ 60 bilhões no envio do Orçamento deste ano.

Bijos confirmou que os ministros da área econômica vão negociar possíveis mudanças no texto na reunião prevista para esta quinta-feira na intenção de mitigar o que chamou de um "desafio na elaboração da PLOA".

Ele elogiou o texto aprovado pelos deputados, ao ressaltar principalmente a inclusão de gatilhos no caso de descumprimento da meta. Agora, disse ele, são necessários "ajustes finos" no projeto que balizará a condução das contas públicas pelos próximos anos. Ele ressaltou, no entanto, que caberá aos ministros realizar essas mudanças.

Bijos considera que a maior pressão para o Orçamento de 2024 é no salto para gastos com saúde. Isso porque no retorno da vinculação do piso mínimo a um percentual (15%) da receita corrente líquida, a equipe econômica calcula que haveria uma pressão de cerca de R\$ 30 bilhões nos gastos. Integrantes do Ministério da Fazenda já expuseram a intenção de alterar

essa regra de correção para 2025. Já nos gastos de educação (18% da receita), o impacto é menor, segundo o secretário do Orçamento.

Caso o Senado não faça as alterações no texto, Bijos disse que caberá aos ministros de cada pasta definirem quais áreas terão gastos cortados temporariamente no envio do Orçamento em agosto.

O relator do novo arcabouço no Senado, Ornar Aziz (PSD-AM), disse, após reunião com o ministro Fernando Haddad, que, se houver "excesso de arrecadação", o governo não precisará cortar recursos do Orçamento de 2024. Com mudanças realizadas pela Câmara no arcabouço, o Ministério do Planejamento e Orçamento calcula que será necessário corte de R\$40 bilhões, enquanto o

Ministério da Fazenda prevê R\$ 30 bilhões. (GP e
LAO)

R\$45 bi é a estimativa para custeio em 2024

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187574?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187574?page=1§ion=1)**

Queda da indústria se espalha por 10 das 15 regiões

A queda da indústria brasileira em abril foi espalhada não apenas entre seus diferentes segmentos e categorias, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já tinha mostrado, como também entre as regiões do país, como mostraram os dados mais recentes do instituto.

Dez dos 15 locais pesquisados acompanharam a queda da média nacional (-0,6%) e tiveram recuo da produção na passagem entre março e abril, segundo a Pesquisa Industrial Mensal Regional (PIM Regional).

As perdas mais intensas foram registradas em Amazonas (-14,2%) e Pernambuco (-5,5%), mas Estados com peso na indústria brasileira - como São Paulo (-0,2%), Minas Gerais (-3%) e Rio de Janeiro (-1,8%) - também tiveram redução.

Na avaliação do analista responsável pela pesquisa, Bernardo Almeida, a queda espalhada reflete incertezas do setor. "Esse espalhamento regional da retração da indústria é reflexo de uma atmosfera ainda de incertezas no setor", afirma ele. "A conjuntura que o país atravessa, uma **inflação** ainda elevada, um desemprego ainda em um patamar considerado alto, com contratações ainda aquém do necessário impacta diretamente o poder de compra das famílias, e por consequência, a cadeia produtiva da indústria." Na divulgação do resultado geral da indústria, há alguns dias, o IBGE relatou recuo em duas das quatro categorias econômicas e 16 dos 25 ramos industriais. Na ocasião, o gerente da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), André Macedo, afirmou que o perfil disseminado de queda acendia o sinal de alerta.

Na análise regional, a maior influência para a queda da indústria em abril veio do Amazonas, cuja produção caiu 14,2% e interrompeu uma sequência de quatro meses de crescimento, com alta acumulada de 22,3%. A retração, de acordo com Almeida, é explicada pelo desempenho aquém do setor de equipamentos informática e de eletrônicos - com peso na indústria local -, além dos segmentos de bebidas e de outros equipamentos de transportes.

A segunda maior influência, por sua vez, veio de Minas Gerais, com queda de 3% na produção, após altas de 1,5% em janeiro, 3,1% em fevereiro e 1,6% em março. O impacto veio dos setores de produtos

químicos e veículos.

Por outro lado, a indústria do Rio Grande do Sul cresceu 2,2% e foi a única influência positiva no resultado nacional. O ganho acumulado nos meses de março e abril foi de 8,1%. Segundo o IBGE, a indústria do Estado teve influência dos setores de derivados de petróleo e, secundariamente, de produtos do fumo.

Principal parque industrial do país, São Paulo teve queda de 0,2% da produção em abril. Com isso, o patamar de produção está 3,2% abaixo do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 24,9% abaixo do patamar mais alto da série (março de 2011).

De acordo com o IBGE, o resultado de abril foi puxado pelas atividades de veículos, de máquinas e equipamentos e de produtos químicos.

3,2% abaixo do nível de antes da covid está a indústria paulista

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187574?page=1§ion=1>